

# O MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGUÊS E AS CLÁUSULAS ABUSIVAS NOS CONTRATOS DE CONSUMO

JOÃO ALVES

Procurador da República e mestre em Direito

## EXCEROTOS

*“A ação inibitória destina-se a «prevenir, corrigir ou fazer cessar práticas lesivas dos direitos do consumidor consignados na presente lei, que, nomeadamente (...) se traduzam no uso de cláusulas gerais proibidas»”*

*“No caso dos fatos apurados integrarem cláusulas contratuais abusivas em conjugação com práticas lesivas dos direitos do consumidor, nomeadamente que atentem contra a sua saúde e segurança física ou consistam em práticas comerciais expressamente proibidas por lei, é instaurada a ação inibitória prevista no art. 10º, n. 1, da Lei 24/96 de 31 de julho”*

*“A introdução do mecanismo de inversão do contencioso permite ao juiz da providência cautelar a possibilidade de, a pedido do requerente, efetuado até ao encerramento da audiência final, decidir, a ‘título definitivo’, sobre a existência do direito acautelado, ficando o requerente dispensado da instauração da correspondente ação principal”*

*“No caso de ação inibitória, bastará a mera probabilidade de que venha a ocorrer um ato ilícito; tal resultará da disponibilidade atual do contrato no comércio jurídico: se um contrato contendo cláusulas abusivas é disponibilizado pela ré, é uma ilação legitimamente extraída, por ser uma decorrência do seu uso, o receio de inclusão em contratos singulares”*

## I. Introdução

**A**s cláusulas contratuais gerais (CCG) são «*proposições destinadas à inserção numa multiplicidade de contratos, na totalidade dos quais se prevê a participação como contraente da entidade que, para esse efeito, as pré-elaborou ou adoptou*»<sup>1,2</sup>.

O regime jurídico das CCG encontra-se regulado no DL 446/85, de 25 de outubro, alterado pelo DL 220/95, de 31 de agosto (por força da Diretiva 93/13, de 5 de abril), objeto da Declaração de Retificação n. 114-B/95, de 31 de agosto, e novamente alterado pelo DL 249/99, de 7 de julho. A estas alterações acrescem as operadas pelo art. 24º do DL 323/01, de 17 de dezembro, respeitante à conversão de escudos para euros (art. 29º, n. 2, e 33º, n. 1, do DL 446/85) e o Regulamento Custas Processuais (art. 25º, n. 1, do DL 34/2008, de 26 de fevereiro), que revogou a isenção de custas constante da parte final do art. 29º, n. 1, do DL 446/85.

A intervenção do Ministério Público (MP) neste contencioso ocorre maioritariamente nos tribunais cíveis<sup>3, 4, 5</sup> e pode assumir várias formas:

Em primeiro lugar, através da instauração de ação inibitória destinada «*a obter a condenação a abstenção do uso ou da recomendação de cláusulas contratuais*» (art. 26º, n. 1, do DL 446/85).

Neste caso, o controlo das cláusulas, abstrato (ou preventivo), é levado a cabo independentemente da sua inclusão em contratos singulares, em que se pretende que os utilizadores de CCG sejam condenados a abster-se do seu uso. Este controlo efetua-se abstratamente e não em concreto, tendo em conta as cláusulas em si próprias, no seu conjunto e segundo os padrões em jogo, e não isoladamente ou em função do caso concreto<sup>6, 7, 8</sup>.

Em segundo, através da instauração da ação inibitória prevista no art. 10º, n. 1, al. b), da Lei 24/96, de 31 de julho. Esta ação inibitória destina-se a «*prevenir, corrigir ou fazer cessar práticas lesivas dos direitos do consumidor consignados na presente lei, que, nomeadamente (...) se traduzam no uso de cláusulas gerais proibidas*».

Entre esta ação e a ação inibitória atrás mencionada, prevista no art. 26º, n. 1, do DL 446/85, existe uma relação de especialidade<sup>9</sup>. Quando a questão é exclusivamente respeitante a cláusulas contratuais abusivas, o MP intenta a ação prevista no art. 26º, n. 1, do DL 446/85. Porém, no caso dos fatos apurados integrarem cláusulas contratuais abusivas em conjugação com práticas lesivas dos direitos do consumidor, nomeadamente que atentem contra a sua saúde e segurança física ou consistam em práticas comerciais<sup>10</sup>

expressamente proibidas por lei, é instaurada a ação inibitória prevista no art. 10º, n. 1, da Lei 24/96 de 31 de julho.

Em terceiro, o MP intervém em ações, contestações ou embargos em representação de ausentes, incertos ou incapazes (arts. 21º, 22º e 23º do Código de Processo Civil<sup>11</sup> – CPC). Neste caso, ao contrário do que acontece nas ações inibitórias, que são ações coletivas, estamos perante a defesa de interesses individuais/concretas, constituindo também uma fonte de obtenção de informação para instaurar eventuais ações inibitórias<sup>12</sup>.

Em quarto lugar, existe no MP um atendimento ao público em todas as jurisdições. Esta função não consta expressamente das competências do MP, mas é enquadrada enquanto manifestação do direito de acesso dos cidadãos ao direito e à justiça e de articulação entre os meios formais e informais de resolução de conflitos<sup>13</sup>.

É uma função que exige preparação e formação, bem como sensibilidade para a defesa dos consumidores. Admito que nesta matéria a formação da maioria dos magistrados do MP é genérica e não [consegue] responder às questões complexas e diversificadas colocadas pelos consumidores, pelo que deve ser equacionado o encaminhamento para outras entidades que também têm atendimento aos cidadãos (associações de consumidores, entidades reguladoras, centros de informação autárquica ao consumidor).

Por último, o MP tem legitimidade para intentar ações inibitórias em matéria de proteção dos interesses dos consumidores a nível comunitário (art. 5º, n. 5, da Lei 25/2004)<sup>14</sup>. Não tenho conhecimento de que o MP português tenha utilizado esta competência e, mesmo no resto da União Europeia, são raras as ações intentadas.

Desde a década de 1990 tem sido regular a instauração de ações inibitórias (quase exclusivamente de cláusulas contratuais gerais), na sua quase totalidade pelo núcleo de propositura de ações da Procuradoria do Palácio da Justiça de Lisboa<sup>15</sup>, com especial ênfase a partir de 2008, e obtendo uma elevada taxa de procedência dos pedidos. Apesar da nova reorganização judiciária<sup>16</sup>, este núcleo continua em funções, na agora designada Comarca de Lisboa – cível.

## II. O presente

No mencionado artigo que publiquei nesta Revista em 2011, aponte uma série de problemas que afetavam a eficácia da intervenção do MP neste contencioso das cláusulas contratuais abusivas. Ora, existem melhorias nalguns dos problemas detectados, por exemplo:

a) O registo das cláusulas contratuais gerais declaradas nulas pelos tribunais.

Este registo, embora mencionado no preâmbulo do DL 446/85, com o objetivo de *«assegurar a publicidade das que forem elaboradas, alteradas ou proibidas por decisão transitada em julgado»*, apenas surgiu com o DL 220/95, de 31 de agosto, impondo o art. 35º, n. 1, a criação do serviço que *«fica incumbido de organizar e manter atualizado o registo de cláusulas contratuais gerais abusivas que lhe sejam comunicadas»*.

O registo constava de uma base de dados arcaica e deficiente, pois, entre outros problemas, não continha a sentença completa.

Esta situação alterou-se completamente e o registo pode agora ser consultado no site <http://www.dgsi.pt/jdgpj.nsf?OpenDatabase>. No final de setembro de 2014 tem um total de 247 documentos.

Um outro registo elaborado pelo MP, mas limitado à área territorial da Procuradoria Distrital de Lisboa, pode ser consultado em:

[http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/doc\\_busca.php?buscajur=&nid\\_especie=3&nid\\_subespecie=21&pagina=1&ficha=1](http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/doc_busca.php?buscajur=&nid_especie=3&nid_subespecie=21&pagina=1&ficha=1).

b) Há uma redução da morosidade na fase de recurso<sup>17</sup> das ações inibitórias.

Esta redução encontra o seu fundamento numa alteração legislativa ao regime dos recursos no anterior CPC (art. 721º, n. 3) e que, no fundo, obstava ao recurso para o Supremo Tribunal de Justiça. É a aplicação da “dupla conforme”, ou seja, a restrição de interposição de recurso de revista quando o Tribunal da Relação confirme, sem voto de vencido e sem fundamentação essencialmente diferente, a decisão do tribunal da 1ª instância.

Na atual redação do art. 671º, n. 3, do CPC a restrição decorrente da “dupla conforme” não funciona quando o Tribunal da Relação empregue para a confirmação da decisão de 1ª instância fundamentação diferente da utilizada nesta última, a qual pode passar mesmo pela modificação da matéria de fato (na medida em que os fatos provados integram os fundamentos da decisão).

c) Na carreira do MP, o acesso às jurisdições especializadas (caso da área cível) no recente movimento de magistrados resultante da nova reorganização judiciária foi alterado. *«Considerando que o incremento da especialização, que constitui um dos pilares da reforma da organização judiciária, deverá passar a ser a um dos objetivos a alcançar no âmbito dos movimentos dos magistrados do Ministério Público, passando a formação especializada, para tal efeito, com exceção das instâncias locais que integram seções de competência genérica, a ser ponderada com primazia relativamente aos demais critérios, tal como permite o artigo 136º do Estatuto do Ministério Público.»*<sup>18</sup>

Todavia, não é previsível que a especialização resultante da nova reorganização judiciária tenha impacto significativo neste contencioso pois os dois principais tribunais (Lisboa e Porto) que tramitavam estas ações já estavam especializados (juízos e varas cíveis).

d) A nível organizativo do MP, a Ordem de Serviço da PGR n. 2/2014, de 20 de janeiro, criou o Gabinete de Interesses Difusos e Coletivos<sup>19</sup>. No entanto, ainda não são conhecidos resultados públicos do trabalho deste gabinete.

e) Foi objeto de regulamentação, através do Despacho 1994/2012 dos Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e do Emprego<sup>20</sup>, o Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores.

De acordo com o art. 2º, este fundo tem como eixos de atuação:

- apoio aos mecanismos extrajudiciais de acesso à justiça pelos consumidores;

- apoio a projetos de âmbito local de promoção dos direitos dos consumidores;

- informação, educação e apoio dos consumidores;

- estudos, pareceres e análises técnico-científicas em matéria de segurança geral dos serviços e bens de consumo, no domínio da publicidade e de outros temas relevantes do direito e da economia do consumo.

É de mencionar que a distribuição de verbas pelo fundo é objeto de alguma polémica<sup>21</sup>.

f) O novo CPC alterou o regime jurídico dos procedimentos cautelares (art. 369º), prevendo a inversão do contencioso. A introdução do mecanismo de inversão do contencioso permite ao juiz da providência cautelar a possibilidade de, a pedido do requerente, efetuado até ao encerramento da audiência final, decidir, a “título definitivo”, sobre a existência do direito acautelado, ficando o requerente dispensado da instauração da correspondente ação principal.

A inversão do contencioso deverá ser ordenada se a matéria adquirida no procedimento permitir ao juiz formar convicção segura sobre a existência do direito acautelado e a natureza da providência for adequada a realizar a composição definitiva do litígio.

Da análise do art. 369º do CPC verifica-se que, para que o requerente seja dispensado do ónus de propor a ação principal, têm de se verificar dois pressupostos cumulativos:

- 1º – que a matéria adquirida no procedimento permita ao juiz formar convicção segura acerca da existência do direito acautelado, e

- 2º – que a natureza da providência decretada seja adequada a realizar a composição definitiva do litígio.

Trata-se de uma decisão vinculada do tribunal, e não de uma decisão tomada no uso de um poder discricionário.

Para criar a convicção segura acerca da existência do direito não basta a prova sumária do direito acautelado. Como refere Miguel Teixeira de Sousa<sup>22</sup>, «o que conta é que o juiz forme a convicção segura do direito que a providência se destina a acautelar, não a convicção segura da procedência da providência decretada».

Segundo Lopes do Rego<sup>23</sup>, «o juiz só decretará a inversão do contencioso quando o grau de convicção que tiver formado ultrapassar o plano do mero *fumus bonus juris*, face nomeadamente à amplitude e consistência da prova produzida e à evidência do direito invocado pelo requerente (...) e entender ponderadas as razões invocadas pelas partes – que a composição de interesses alcançada a nível cautelar pode servir perfeitamente como solução definitiva para o litígio».

Quanto ao segundo pressuposto, a adequação da natureza da providência decretada a realizar a composição definitiva do litígio, a lei exige que a providência decretada se possa substituir à tutela definitiva que o requerente da providência poderia solicitar na ação principal se não tivesse sido decretada a inversão do contencioso. Este pressuposto justifica-se, pois, tendo sido decretada a inversão e não tendo o requerido proposto a ação principal, a tutela cautelar tornar-se-á definitiva.

É a lei que determina quais as providências em que pode ser requerida a inversão, dispondo o art. 376º, n. 4, do CPC que «o regime de inversão do contencioso é aplicável, com as devidas adaptações, à restituição provisória da posse, à suspensão de deliberações sociais, aos alimentos provisórios, ao embargo de obra nova, bem como às demais providências previstas em legislação avulsa cuja natureza permita realizar a composição definitiva do litígio» (sublinhado nosso).

Ora, parece-me que estes pressupostos se verificam no caso de ser instaurada uma proibição provisória<sup>24</sup> de cláusulas contratuais abusivas, providência cautelar prevista no art. 31º do DL 446/85. Em virtude da natureza das ações inibitórias a tutela cautelar é imprescindível para conferir efetividade aos direitos dos consumidores, «o tempo que sempre envolve uma demanda judicial pode pôr em causa a proteção efetiva dos aderentes a cláusulas contratuais gerais. Justifica-se, portanto, o meio de tutela provisória cuja disciplina é fixada por remissão para as disposições das providências cautelares não especificadas»<sup>25</sup>.

A formação da maioria dos magistrados do MP é genérica e não [consegue] responder às questões complexas e diversificadas colocadas pelos consumidores

A tutela cautelar está prevista no art. 31º do DL 446/85. No entanto, a jurisprudência portuguesa tem tomado duas posições<sup>26</sup>: exigindo a verificação dos mesmos requisitos que os procedimentos cautelares comuns (arts. 381º a 392º do anterior CPC, atuais arts. 362º a 376º do CPC) ou entendendo que a exigência dos requisitos dos procedimentos cautelares previstos no CPC tem que ser efetuada com as devidas adaptações (adaptações essas que o art. 31º, n. 2, do DL 446/85 exige), centrando-se a questão no requisito do prejuízo irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*).

As “devidas adaptações” remetem-nos para a questão do prejuízo, que não é pressuposto da ação inibitória. No caso de ação inibitória, bastará a mera probabilidade de que venha a ocorrer um ato ilícito; tal resultará da disponibilidade atual do contrato no comércio jurídico: se um contrato contendo cláusulas abusivas é disponibilizado pela ré, é uma ilação legitimamente extraída, por ser uma decorrência do seu uso, o receio de inclusão em contratos singulares. Assim, ao MP bastará juntar como prova documental o contrato<sup>27</sup> onde constem as cláusulas abusivas.

Atento o tempo já decorrido, julgo ser tempo do MP insistir nesta via cautelar, aproveitando este novo mecanismo legal da inversão do contencioso.

## Notas

<sup>1</sup> Almeida, Carlos Ferreira de, *Contratos I*, Coimbra, 2000, p. 118.

<sup>2</sup> Embora se trate muitas vezes de designar de forma diferente o mesmo processo, a «*fórmula contratos de adesão é mais ampla, podendo não coincidir com a expressão cláusulas contratuais gerais*» – Monteiro, António Pinto, *Contratos de Adesão/Cláusulas Contratuais Gerais*, Estudos de Direito do Consumidor, n. 3, Coimbra, 2001, p. 136.

«*Falamos de contratos de adesão/cláusulas contratuais gerais porque entendemos, para este efeito, que o regime será o mesmo ... o regime instituído, em Portugal, pelo Decreto-Lei n. 446/85, sobre cláusulas contratuais gerais ... aplica-se, neste caso, a todos os contratos de adesão, isto é, mesmo àqueles que não sejam formados através de cláusulas contratuais gerais*», Monteiro, António Pinto, *Cláusulas Limitativas do Conteúdo Contratual*, Estudos dedicados ao professor doutor Mário Júlio Brito de Almeida Costa, Universidade Católica, 2002, p. 293.

<sup>3</sup> E em menor número nos tribunais administrativos, por exemplo, os contratos de concessão de serviços de interesse geral subsumem-se em toda a sua disciplina e para todos os efeitos ao direito do consumo (Ac. do STA de 26/9/2006, proc. 014/06, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).

<sup>4</sup> Sobre a nova organização judiciária em Portugal, vide a lei da organização do sistema judiciário (Lei 62/2013, de 26 de agosto) e o regime de organização e funcionamento dos tribunais judiciais (DL 49/2014, de 27 de março).

<sup>5</sup> O último relatório-síntese publicado da atividade nacional do MP respeita ao ano de 2012 e mostra a movimentação, na área cível, de 323 ações relativas a interesses difusos (148 findas e 175 pendentes), *cfr.*, [http://www.pgr.pt/pub/relatorio/2012/RELATORIO\\_SINTESE\\_MP\\_2012.pdf](http://www.pgr.pt/pub/relatorio/2012/RELATORIO_SINTESE_MP_2012.pdf)



<sup>6</sup> Vários exemplos de decisões judiciais podem ser consultados no registo das cláusulas contratuais abusivas julgadas pelos tribunais, no site <http://www.dgsi.pt/>

<sup>7</sup> Um exemplo de petição inicial proposta pelo MP pode ser consultado em «Defesa dos consumidores (Ação inibitória). Crédito à habitação – Nulidade da cláusula que estabelece o arredondamento em alta da taxa de juro», *Revista do Ministério Público*, julho-setembro de 2010, n. 123, p. 281-91.

<sup>8</sup> Para um maior desenvolvimento pode ser consultado o artigo publicado nesta revista, «A intervenção do Ministério Público português no controlo das cláusulas contratuais abusivas», *Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo*, v. I, 4º, dezembro de 2011, p. 113-36.

<sup>9</sup> «*Há relação de especialidade no caso de interconexão dos elementos constitutivos das normas, análoga à que ocorre entre o conceito geral e o conceito especial, ou seja, quando a previsão de uma norma jurídica abranja os elementos de outra e algum elemento especializador*», Parecer da PGR de 29/5/1991, DR, II Série, n. 239, de 17 de outubro de 1991, p. 10.370.

A Lei 24/96 (Lei geral posterior) não revogou a Lei especial (DL 446/85) pois «*a lei geral não revoga a lei especial, exceto se outra for a intenção inequívoca do legislador*» (art. 7º, n. 3, do Código Civil).

<sup>10</sup> O regime jurídico das práticas comerciais desleais encontra-se previsto no DL 57/2008, de 26 de março.

<sup>11</sup> Na redação do CPC resultante da Lei 41/2013, de 20 de junho.

<sup>12</sup> Um exemplo deste tipo de intervenção processual pode ser encontrado no Ac. da Relação de Lisboa de 24/4/2012, proc. 1584/05.2YXLSB.L1-7, acedido em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), em que o MP, em representação de ausente, deduziu a exceção de prescrição da dívida de prestação de serviços de telecomunicações.

<sup>13</sup> «*O atendimento ao público realizado nos tribunais permite um funcionamento como ponto de “charneira” entre uma fase não processual, em que o Ministério Público é um dos protagonistas, e a eventual fase de atuação formal do sistema de justiça.*

*Nesse momento de informação, encaminhamento e de informalidade e busca de consenso entre um cidadão e um outro cidadão ou instituição, assenta uma possibilidade de justiça mais simples, rápida e eficaz que o Ministério Público e a sociedade não podem desperdiçar: a informação a prestar ao cidadão que procura a justiça, a sua rápida orientação, a capacidade de intercessão e de conciliação não podem ser considerados parentes pobres da Justiça*», síntese conclusiva n. 41 e 42 do VIII Congresso do Ministério Público, acedido em: [http://www.smmp.pt/wp-content/sintese\\_conclusiva\\_viiiicongresso.pdf](http://www.smmp.pt/wp-content/sintese_conclusiva_viiiicongresso.pdf)

<sup>14</sup> Trata-se do diploma que transpôs para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 98/27/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio, relativa às ações inibitórias em matéria de proteção dos interesses dos consumidores.

<sup>15</sup> Por força do art. 28º do DL 446/1985, de 25 de outubro, importa para determinar o tribunal competente saber o que se entende por «centro de atividade principal». Assim, entende-se como tal o lugar onde se situa a administração, dado aí serem tomadas as decisões de toda a atividade mercantil, é aí que são dirigidos os negócios e a atividade coordenadora sem a qual a empresa não funcionaria; por outras palavras, é a sede da empresa. Como a grande maioria das empresas que utilizam contratos de adesão/cláusulas contratuais gerais tem sede em Lisboa, naturalmente esta Procuradoria tornou-se líder neste contencioso.

<sup>16</sup> A reorganização do sistema judiciário assenta em três pilares fundamentais: o alargamento da base territorial das circunscrições judiciais, que passam a coincidir, em regra, com as centralidades sociais correspondentes aos distritos administrativos, a instalação de jurisdições especializadas a nível nacional e a implementação de um novo modelo de gestão das comarcas.

Para maior desenvolvimento, cfr. <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-temas/reforma-judiciaria/novo-mapa-judiciario.aspx>

<sup>17</sup> O recurso das decisões condenatórias é habitual neste tipo de ações. A explicação reside no poder económico das entidades que utilizam cláusulas contratuais gerais e também no fato de disporem de departamentos de contencioso.

<sup>18</sup> Regulamento de Movimentos de Magistrados do Ministério Público, aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público em 6 de maio de 2014.

<sup>19</sup> O Gabinete tem como principais funções:

«a) *Estudar, identificar e promover boas práticas que incentivem e promovam a ação do Ministério Público no âmbito da tutela dos aludidos valores e bens constitucionalmente protegidos, que constitui área fundamental das atribuições constitucionais do Ministério Público, a exigir uma especial atenção.*

b) *Estudar, identificar e promover boas práticas de articulação entre jurisdições distintas, quando connexionadas com as matérias em causa.*

c) *Estudar e propor modelos organizacionais e metodologias de intervenção e de recolha estatística que permitam melhorar uma intervenção articulada do Ministério Público, uniformizando procedimentos de atuação e de coordenação nacional e local, relativamente às matérias suprarreferidas.*

d) *Sinalizar e identificar instituições (departamentos governamentais, regionais e municipais, universidades, ordens profissionais, associações e outras entidades) com possibilidades de proporcionar apoio técnico, científico, especializado e multidisciplinar por forma a sustentar a ação do Ministério Público.*

e) *Promover e preparar a realização de protocolos e demais meios de colaboração com tais instituições.*

f) *Promover e organizar a articulação e contato com entidades da Administração Pública (como Inspeções Gerais) e da comunidade, que tenham como interesse e objeto de intervenção a defesa as mesmas matérias.*

g) *Promover e dinamizar estudos relativos a eventuais alterações legislativas.*

h) *Promover e dinamizar plataformas e canais de comunicação e debate entre os Magistrados do Ministério Público sobre as matérias em causa, nomeadamente através de um SIMP temático.*

i) *Promover e preparar ações de formação relativas às áreas em questão.*

j) *Apoiar os magistrados, nomeadamente com elementos e dados existentes e relativos a situações similares, disponibilizando toda a informação e documentação existente, inclusive, jurisprudencial e doutrinal».*

<sup>20</sup> Publicado no DR 2ª Série, n. 31, de 13/2/2012.

<sup>21</sup> Vide <http://www.apdconsumo.pt/financiamento.html>

<sup>22</sup> As providências cautelares e a inversão do contencioso, <https://sites.google.com>.

<sup>23</sup> Os princípios orientadores da Reforma do Processo Civil, *Julgar*, n. 16, p. 109.

<sup>24</sup> «1 – Quando haja receio fundado de virem a ser incluídas em contratos singulares cláusulas gerais incompatíveis com o disposto no presente diploma, podem as entidades referidas no artigo 26º requerer provisoriamente a sua proibição.

2 – A proibição provisória segue, com as devidas adaptações, os termos fixados na lei processual para os procedimentos cautelares não especificados.»

<sup>25</sup> Costa, Mário Júlio de Almeida e Cordeiro, António Menezes, *Cláusulas Contratuais Gerais*, Anotação ao DL 446785 de 25 de outubro, Almedina, 1993, p. 62.

<sup>26</sup> Vide Direitos do Consumidor, *DECO*, 2003, p. 37.

<sup>27</sup> Ou de outro suporte onde constem as cláusulas. Por exemplo, imagine-se uma loja de venda de telemóveis novos onde conste um cartaz com os dizeres «Não há garantia». A prova a apresentar pode consistir numa fotografia do cartaz.